

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

111 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 14 a 18/02/2022

1. CIMEIRA UNIÃO EUROPEIA - UNIÃO AFRICANA	1
2. REUNIÃO INFORMAL DO CONSELHO EUROPEU	2
3. SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU	2
Segurança europeia e a ameaça da Rússia à Ucrânia	2
Condicionalidade do Estado de Direito: consequências da decisão do TJUE	3
Estratégia mais eficaz da UE para combater o cancro	3
Seca na Península Ibérica	4
Remuneração dos estágios na UE	4
4. CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA EVENTO NACIONAL	5
5. COMISSÃO EUROPEIA BÚSSOLA ESTRATÉGICA	6
6. COMISSÃO EUROPEIA PACOTE ESPAÇO	6
7. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	7
Reunião informal dos ministros responsáveis pelo Comércio	7
Reunião informal dos ministros do Trabalho, do Emprego e dos Assuntos Sociais (EPSCO)	7
Reunião informal dos ministros europeus responsáveis pelo Espaço	7
8. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	8
Parlamento Europeu	8
Comissão Europeia	8
Conselho da União Europeia	8

1. CIMEIRA UNIÃO EUROPEIA - UNIÃO AFRICANA

Teve lugar, nos dias 17 e 18 de fevereiro em Bruxelas, a [sexta cimeira União Europeia - União Africana](#), que reuniu os chefes de Estado ou de Governo dos Estados-Membros da União Africana (UA) e da União Europeia (UE). A reunião foi co-presidida pelo Presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, e pelo Presidente do Senegal e Presidente da UA, Macky Sall.

A cimeira realizou-se num formato inovador, onde os líderes da UE e da UA participaram numa série de mesas redondas temáticas (lista completa [aqui](#)), que permitiram intercâmbios dinâmicos sobre os desafios, mas também soluções possíveis e acções conjuntas.

À margem da cimeira, a Organização Mundial de Saúde anunciou os [primeiros seis países que receberão a tecnologia necessária para a produção de vacinas mRNA no continente africano](#): Egipto, Quênia, Nigéria, Senegal, África do Sul e Tunísia.

Desta Cimeira resultou um acordo entre os líderes sobre a [visão conjunta para uma parceria renovada \(Duas Uniões, uma visão conjunta\)](#), que tem como objetivos a parceria, a solidariedade, a segurança, a paz e o desenvolvimento económico sustentável e sustentado e a prosperidade para os cidadãos das duas Uniões, reunindo pessoas, regiões e organizações. Foi disponibilizada uma infografia que detalha alguns dos domínios de intervenção desta visão conjunta, disponível [aqui](#).

Por outro lado, a UE e a UA continuarão a abordar todos os aspectos da migração e mobilidade, em conformidade com as competências nacionais, de uma forma integrada, abrangente e equilibrada, tendo como objetivo:

- prevenir a migração irregular;
- reforçar a cooperação contra o contrabando e o tráfico de seres humanos;
- apoiar o reforço da gestão das fronteiras e conseguir melhorias eficazes em matéria de regresso, readmissão e reintegração;
- reforçar os diálogos migratórios entre os dois continentes.

A UE e a UA irão aprofundar a sua cooperação na procura de soluções duradouras para os requerentes de asilo, refugiados e migrantes vulneráveis que necessitam de protecção internacional. Os líderes da UE e da UA também concordaram em revitalizar o trabalho da *Task Force Tripartida* conjunta UA-UE-ONU.



Foto: AFP, via *Político*

Os líderes reafirmaram, ainda, o seu compromisso para promover um multilateralismo eficaz no âmbito da ordem internacional baseada em regras, com a ONU no seu núcleo, nomeadamente para reduzir as desigualdades globais, reforçar a solidariedade, promover a cooperação internacional, combater e mitigar as alterações climáticas, melhorar a entrega de "bens públicos globais", em conformidade com a Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030 e a Agenda 2063 da UA.

Finalmente, foi salientado o empenho na plena implementação do Acordo de Paris e nos resultados das COP sobre o clima. Foi reconhecido que a transição energética de África é vital para a sua industrialização e para colmatar o fosso energético. A UE apoiará a África na sua transição para promover vias justas e sustentáveis para a neutralidade climática.

Os líderes apoiaram o acolhimento pela África da COP 27 no Egito, em 2022.

A biblioteca do Conselho Europeu disponibilizou um guia bibliográfico sobre as relações UE-África, disponível [aqui](#).

2. REUNIÃO INFORMAL DO CONSELHO EUROPEU

Temos dado nota, em sínteses anteriores, do contexto da atual crise provocada por uma [contínua acumulação militar russa na Ucrânia e suas fronteiras](#), com consequências na ordem internacional e nas relações dos EUA, da UE e da NATO com a Rússia.

Esta semana, e na véspera da Cimeira da UE com a União Africana, teve lugar uma [reunião informal do Conselho Europeu](#) para analisar os mais recentes desenvolvimentos na crise entre a Rússia e a Ucrânia na sequência do reforço do dispositivo militar russo ao longo da fronteira com a Ucrânia. Nas suas declarações no final deste encontro, o Presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, destacou quatro pontos principais: i) a unidade inabalável da União Europeia, em coordenação com a NATO; ii) o compromisso com a diplomacia, considerada a única forma de obter resultados tangíveis e mais positivos; iii) o apoio e solidariedade com a Ucrânia; iv) a firmeza na defesa dos valores europeus.

3. SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU

Realizou-se, entre 14 e 17 de fevereiro, a [sessão plenária do PE](#) em Estrasburgo, destacando-se:

[Segurança europeia e a ameaça da Rússia à Ucrânia](#)

Teve lugar um debate sobre as [ameaças militares da Rússia contra a Ucrânia](#) com o Presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, e o chefe da diplomacia europeia, Josep Borrell.

No início, a [presidente do Parlamento Europeu \(PE\), Roberta Metsola](#), sublinhou a solidariedade para com o povo da Ucrânia, acrescentando que estamos perante "uma ameaça à paz na Europa".

O Presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, considerou que a recente e sem precedentes acumulação militar russa ao longo da fronteira ucraniana só pode ser vista como um comportamento agressivo e ameaçador. A Presidente da Comissão, Ursula von der Leyen, declarou que *"A ideia de esferas de influência não pertence ao século XXI"*, afirmando que a NATO ainda não observara uma redução das tropas russas na fronteira com a Ucrânia. Finalmente, advertiu a Rússia para não utilizar a "questão energética" como uma arma, pois a UE está a reforçar outras fontes de energia e está preparada para este inverno.

O Alto Representante da UE para os Negócios Estrangeiros, Josep Borrell, referiu que *"O que pode acontecer na Ucrânia marcará o futuro da humanidade", pois "Se a lei do mais forte prevalecer, seria dado um passo atrás"*.

O vídeo do debate está disponível [aqui](#), sendo de registar intervenções dos Deputados portugueses [Pedro Marques \(S&D\)](#), [Isabel Santos \(S&D\)](#) e [Paulo Rangel \(PPE\)](#).

O PE aprovou, ainda, um [pacote de assistência macrofinanceira de emergência à Ucrânia](#).

Por fim, o PE aprovou os relatórios anuais sobre a [execução da Política Externa e de Segurança Comum \(PESC\)](#) e a [execução da Política Comum de Segurança e Defesa \(PCSD\)](#), em que enfatiza a necessidade de a UE falar a uma só voz nestes domínios.

Condicionalidade do Estado de Direito: consequências da decisão do TJUE

Temos dado nota, em diversas Sínteses ao longo do último ano, das questões relacionadas com o regulamento relativo à [condicionalidade do Estado de direito](#) para a proteção do orçamento da UE e dos seus interesses financeiros. Esta legislação, em vigor desde 1 de janeiro de 2021, determina que a violação dos valores da UE por um Estado-Membro pode levar à suspensão de fundos europeus.

Em março, a Polónia e a Hungria interpuseram recursos no Tribunal de Justiça da UE, pedindo a anulação do regulamento. Em 2 de dezembro, o advogado-geral [propôs ao Tribunal de Justiça que negue provimento](#) a estes recursos de anulação.

Esta semana, o Tribunal de Justiça da UE proferiu um acórdão, disponível [aqui](#), que confirma a [negação de provimento aos recursos interpostos](#) pela Hungria e pela Polónia na sua totalidade. A Presidente do PE, Roberta Metsola, reagiu ao afirmar que *"o estado de Direito não é negociável"*, tendo sido realizado um [debate em plenário](#) sobre esta matéria, com a presença do Comissário Europeu para o Orçamento, Johannes Hahn.

A Comissão Europeia emitiu um comunicado (disponível [aqui](#)), em que sublinha o facto de que o *"Tribunal mantém a legalidade deste importante instrumento que nos permite proteger melhor o orçamento da UE e os interesses financeiros da União contra as violações dos princípios do Estado de direito."* Acrescenta, ainda, que *"irá agora analisar cuidadosamente a fundamentação dos acórdãos e o seu possível impacto sobre as novas medidas que iremos tomar ao abrigo do Regulamento"* e que, *"Tendo em conta este acórdão, adotaremos nas próximas semanas directrizes que esclareçam melhor a forma como aplicamos o mecanismo na prática."*

Estratégia mais eficaz da UE para combater o cancro

O PE aprovou as suas [recomendações para uma estratégia mais abrangente e coordenada na UE em matéria de luta contra o cancro](#), com 652 votos a favor, 15 contra e 27 abstenções. O vídeo do debate está disponível [aqui](#), com intervenções dos Deputados portugueses [Sara Cerdas \(S&D\)](#), Vice-Presidente da Comissão especial sobre a luta contra o cancro, [Lídia Pereira \(PPE\)](#), [Manuel Pizarro \(S&D\)](#) e [João Pimenta Lopes \(Grupo da Esquerda\)](#).

A Comissão especial sobre a luta contra o cancro [foi criada pelo PE em junho de 2020](#) para identificar ações para reforçar a abordagem em cada uma das principais fases da doença - prevenção, diagnóstico, tratamento, vida como sobrevivente de cancro e cuidados paliativos - e formular as recomendações que considerasse necessárias em relação à política da UE nesta matéria. Durante o seu mandato, que terminou em 23 de dezembro de 2021, a Comissão especial organizou uma série de [audições públicas](#), bem como [reuniões com os Paramentos nacionais](#) e com [organizações e peritos internacionais](#).

As recomendações da Comissão especial tiveram também em conta a [consulta pública sobre o impacto da pandemia de COVID-19](#) na prevenção do cancro, nos serviços de saúde, nos doentes oncológicos e na investigação.

Os Deputados notam que mais de 40% de todos os cancros “*são evitáveis através de ações coordenadas orientadas para as determinantes da saúde de carácter comportamental, biológico, ambiental, profissional, socioeconómico e comercial*”, pelo que se apela à adoção de medidas de prevenção eficazes a nível nacional e da UE, “*com base em competências científicas independentes*”.

As ações recomendadas incluem o financiamento de programas que incentivem as pessoas a deixar de fumar e a promoção de medidas para a “*redução e prevenção dos efeitos nocivos do álcool no âmbito de uma estratégia revista da UE em matéria de álcool*”. Quanto à proteção dos trabalhadores contra riscos ligados à exposição a agentes cancerígenos ou mutagénicos durante o trabalho, defende-se a fixação de valores-limite de exposição profissional para, pelo menos, 25 substâncias adicionais.

Sabendo-se que os doentes continuam a enfrentar dificuldades no acesso a serviços de saúde e na participação em ensaios clínicos noutros Estados-Membros, o PE apela a uma reforma da diretiva sobre os cuidados de saúde transfronteiriços para permitir a mobilidade e o acesso a equipamento e cuidados altamente especializados.

Finalmente, o PE advoga o “direito a ser esquecido”, para que os sobreviventes de cancro não sejam discriminados em relação a outros consumidores, por exemplo, no que diz respeito ao acesso ao crédito, a inclusão de outros tipos de cancro (além do cancro da mama, do colo do útero e colorretal) num novo programa de rastreio do cancro apoiado pela UE, e uma maior transparência por parte de todo o sistema farmacêutico, sobretudo no que diz respeito aos componentes de preço, aos critérios de comparticipação e aos preços (líquidos) reais dos medicamentos nos diferentes Estados-Membros.

Seca na Península Ibérica

O debate sobre este tema contou com a participação da Comissária para a Igualdade Helena Dalli que demonstrou a sua [preocupação pela severidade deste fenómeno de seca em Portugal e Espanha](#). A Comissária referiu ainda que a Comissão estaria em contacto com as autoridades nacionais e regionais para avaliar o potencial apoio através dos fundos da UE (nomeadamente da PAC) mas anunciou ainda a necessidade de medidas a longo prazo para prevenir e preparar para futuras situações de seca. Intervieram neste debate os Deputados portugueses [Álvaro Amaro](#) (PPE) e [Carlos Zorrinho](#) (S&D). O vídeo do debate encontra-se disponível [aqui](#).

Remuneração dos estágios na UE

O PE aprovou uma resolução em que defende a [criação de um quadro jurídico comum que garanta uma remuneração justa para os estágios](#) e medidas para melhorar o acesso dos jovens ao emprego e a programas europeus. O [debate](#) sobre esta matéria foi realizado no dia 20 de janeiro, com intervenções das Deputadas portuguesas [Sandra Pereira \(Grupo da Esquerda\)](#) e [Lídia Pereira \(PPE\)](#).

Esta resolução afirma que os estágios não remunerados “*constituem uma forma de exploração dos jovens trabalhadores e uma violação dos seus direitos*”, advogando um quadro jurídico comum que garanta uma remuneração justa para os estágios e os programas de aprendizagem, a fim de evitar práticas de exploração. O PE solicita, ainda, que o instrumento [Garantia para a Juventude](#) seja reforçado e que tenha como objetivo reduzir o desemprego de longa duração e o desemprego dos jovens em, pelo menos, 50% até 2030.

O PE pede à Comissão que avalie a possibilidade de agregar as plataformas existentes do Portal Europeu da Juventude, do Europass e do Eures num espaço digital único, com o objetivo de oferecer aos jovens informações e perspetivas em matéria de formação, emprego, estágios, ofertas de ensino e formação profissional, entre outros.

Insta ainda os Estados-Membros a fazerem da saúde mental “parte integrante da recuperação socioeconómica da pandemia da UE” e uma prioridade em matéria de saúde no trabalho, em particular no contexto educativo e laboral. Finalmente, o PE destaca o papel fundamental que os jovens têm de desempenhar na definição das políticas sociais e de emprego na Europa e a importância de investir na nova geração.

4. CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA | EVENTO NACIONAL¹

O quinto evento nacional no âmbito da [Conferência sobre o Futuro da Europa](#) (CoFE), dedicado ao tema «[De Bragança a Bruxelas: por uma Europa mais coesa e mais social](#)», teve lugar em Bragança no dia 18 de fevereiro e foi organizado pela Representação da Comissão Europeia em Portugal, em colaboração com as entidades parceiras. O evento contou com a participação da Comissária Europeia responsável pela Coesão e Reformas Elisa Ferreira, da Secretária de Estado dos Assuntos Europeus Ana Paula Zacarias, da Deputada ao Parlamento Europeu Sandra Pereira (Grupo da Esquerda), da Deputada da Assembleia da República Cristina Mendes da Silva (PS) e da Vice-Presidente do Conselho Económico e Social Sara Falcão Casaca, tendo a moderação ficado a cargo da jornalista Diana Duarte. Na sessão de abertura, o Presidente da Câmara de Bragança sublinhou o trabalho realizado pelo município para atrair jovens e a necessidade de promoção por parte da UE de «mudanças profundas» para criar condições para que os jovens se fixem no interior e tenham acesso a uma vida digna.

Para introduzir o tema, a audiência respondeu a três questões iniciais: «Os cidadãos do interior têm menos oportunidades de estudar/trabalhar/se fixarem nas suas terras do que os cidadãos do litoral de Portugal?» (88% respondeu sim); «A política regional e os fundos europeus ajudaram a desenvolver regiões do interior, como Bragança e Trás-os-Montes?» (80% respondeu sim); e «A União Europeia tem um impacto positivo na minha vida?» (96% respondeu sim).



Foto: Comissão Europeia

As oradoras focaram temas como as conclusões do [8.º Relatório sobre a Coesão](#) na UE, a CoFE enquanto um exercício democrático único que pretende aproximar a Europa aos cidadãos e traçar um caminho para o futuro europeu, as questões subjacentes à interioridade portuguesa e o seu eco em Bruxelas, o papel dos fundos europeus no desenvolvimento de Portugal e o impulso renovado da Cimeira Social do Porto na concretização do plano de ação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

O período de debate contou com a intervenção da Secretária de Estado da Valorização do Interior, autarcas e jovens que colocaram questões sobre os diferentes tipos de apoios para a investigação e a criação de empresas, salário mínimo europeu, dependência dos fundos europeus, descentralização e transferência de poder de decisão do poder local para o poder central, mas também o envelhecimento

¹ Ponto elaborado por Ana Montanha, assessora da Comissão de Assuntos Europeus

da população, os obstáculos para a fixação de pessoas e trabalhadores e a dificuldade em criar nos cidadãos um sentimento de pertença ao projeto europeu UE. O vídeo do evento encontra-se disponível [aqui](#).

5. COMISSÃO EUROPEIA | BÚSSOLA ESTRATÉGICA

A Comissão Europeia apresentou esta semana [várias iniciativas](#) por si lideradas em domínios essenciais para a defesa da Europa e segurança da União Europeia, fazendo face a todo o tipo de desafios e contribuindo para a criação de uma [Bússola Estratégica da UE para a Segurança e Defesa](#) (de que temos vindo a dar nota em Síntese anteriores, nomeadamente na Síntese n.º [101](#) e n.º [106](#)).

Foram assim identificados os novos domínios para reforçar a competitividade do mercado de defesa europeu:

- **encontrar novas formas de estimular os investimentos dos Estados-Membros nas capacidades estratégicas:** pretende-se assim que sejam desenvolvidos investimentos em favor da investigação no domínio da defesa e aquisição conjunta, prevendo-se que até final de 2022 o Fundo Europeu de Defesa tenha investido 1,9 mil milhões de euros em projetos que visem estas capacidades e estimulem a inovação;
- **incentivar a aquisição conjunta de capacidades de defesa desenvolvidas de forma colaborativa no âmbito da UE:** a Comissão analisará ainda uma série de instrumentos para incentivar a aquisição conjunta de capacidades de defesa desenvolvidas de forma colaborativa propondo nomeadamente a isenção do IVA e recorrendo a soluções de financiamento;
- **exortar os Estados-Membros a continuar a evoluir para práticas de controlo das exportações de armas racionalizadas e mais convergentes:** os Estados-Membros são convidados a adotar uma abordagem segundo a qual, em princípio, não se impedirão mutuamente de exportar, para um país terceiro, equipamento e tecnologias militares desenvolvidas num regime de cooperação.

É ainda dado ênfase à dimensão de defesa do espaço a nível da UE, procurando-se formas de reforçar a proteção dos recursos espaciais, sobretudo através de serviços adicionais de vigilância e rastreio de objetos no espaço, assim como à resiliência da Europa nesta área.

A Comissão apresentou também um [roteiro sobre tecnologias críticas para a segurança e a defesa](#).

O Comissário para o Mercado Interno Thierry Breton referiu sobre o tema que «*Face à nova situação geopolítica necessitamos de uma defesa europeia mais forte. As ameaças à segurança da UE já não são apenas de natureza militar, mas são cada vez mais de natureza híbrida (...) Devemos concentrar os nossos esforços na redução das dependências estratégicas, apoiar a inovação do ecossistema de defesa e encorajar a aquisição conjunta de capacidades de defesa. Temos de proteger os novos domínios em disputa, como o espaço.*»

6. COMISSÃO EUROPEIA | PACOTE ESPAÇO

A Comissão apresentou também [duas iniciativas relativas ao espaço](#):

- [Proposta de regulamento relativa a uma conectividade segura baseada nas tecnologias espaciais:](#)

A Comissão pretende assim assegurar a disponibilidade a longo prazo, no mundo inteiro, de um acesso ininterrupto a serviços de comunicações por satélite seguros e com boa relação custo-eficácia, permitir ao setor privado prestar serviços comerciais com acesso a ligações avançadas, fiáveis e rápidas para os cidadãos e as empresas em toda a Europa (sendo também

um dos objetivos da [Década Digital](#), permitindo conectividade em zonas geográficas de interesse estratégico como África e o Ártico, enquanto parte da [Global Gateway](#)).

- [Comunicação conjunta sobre uma abordagem da UE em matéria de gestão do tráfego espacial](#):

A abordagem da UE neste âmbito centra-se em quatro elementos: avaliar os requisitos e impactos civis e militares da gestão do tráfego espacial para a UE, reforçar a capacidade tecnológica para identificar e rastrear veículos e detritos espaciais, definir o quadro normativo e legislativo adequado, estabelecer parcerias internacionais em matéria de gestão de tráfego espacial e participar em iniciativas multilaterais.

A Comissão elaborou uma seção de perguntas e respostas sobre a [conetividade segura](#) e sobre a [gestão do tráfego espacial](#). O *think tank* do PE publicou, igualmente, um estudo analítico sobre a política da UE para o espaço e seu papel na transição climática e digital, disponível [aqui](#).

7. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Reunião informal dos ministros responsáveis pelo Comércio

Os ministros [reuniram](#) para debater as linhas estratégicas para a política comercial da UE e o futuro da Organização Mundial do Comércio, assim como o aprofundamento das relações comerciais e de investimento entre a UE e África e as relações transatlânticas, tendo presente a próxima reunião do Conselho de Comércio e Tecnologia EUA-UE. Os ministros discutiram ainda as medidas coercivas impostas pela China à Lituânia.

Reunião informal dos ministros do Trabalho, do Emprego e dos Assuntos Sociais (EPSCO)

A [importância do investimento nas competências, apoio à transição de carreiras e fortalecimento do diálogo social](#) foram os tópicos focados pelos ministros à luz dos desafios da transição digital e ecológica nesta reunião informal. Os ministros concordaram com a necessidade de investir nas competências para identificar e antecipar necessidades de formação para o futuro, assim como criar medidas para apoiar os trabalhadores que têm que mudar a sua carreira e adaptar novas competências a um novo emprego, reforçando ainda o diálogo social sobre a transição ecológica e digital e melhorando as parcerias sociais.

Reunião informal dos ministros europeus responsáveis pelo Espaço

A [reunião informal](#) focou sobretudo as ações a tomar no âmbito da gestão do tráfego espacial, procurando aumentar as capacidades operacionais da Europa e definindo regras comuns a nível da UE, assim como a proposta da Comissão Europeia para a conectividade segura (Cfr. ponto 6). Destaca-se ainda a [reunião do Conselho Ministerial da ESA](#) (Agência Espacial Europeia), cuja co-presidência cabe a Portugal e França, na qual foi reafirmada a necessidade de definir o futuro da Europa no que respeita à política de exploração do espaço, tendo a proposta de criação de um grupo de peritos nesta área sido saudada.

8. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

Não haverá trabalhos parlamentares.

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) do Colégio será no dia [23 de fevereiro](#), destacando-se o *Ato legislativo sobre os dados (incluindo a Revisão da Diretiva sobre bases de dados)* e o *pacote sobre economia justa e sustentável, incluindo a comunicação sobre trabalho digno à escala mundial e a gestão empresarial sustentável*.

Conselho da União Europeia

O [calendário](#) completo está disponível, destacando-se:

- 21.02: [Conselho \(Agricultura e Pescas\)](#); [Conselho dos Negócios Estrangeiros](#); [Reunião informal dos ministros dos Transportes](#)
- 22.02: [Conselho dos Assuntos Gerais](#)
- 24.02: [Conselho \(Competitividade\) – Mercado Interno e Indústria](#)
- 25.02: [Eurogrupo](#); [Reunião informal dos ministros da Economia e das Finanças](#)

Bruxelas | 21 de fevereiro de 2022

Para mais informações: [Catarina Ribeiro Lopes](#), Representante Permanente da AR junto da UE e [Bruno Dias Pinheiro](#), Membro Permanente do Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).